



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Esta contratação visa a contratação dos serviços de pintura interna e externa do imóvel que abriga o depósito central do TRE-SC, com o objetivo de aumentar a vida útil de elementos e componentes da edificação e promover o bem-estar de seus usuários.

2. Fundamentação da Contratação

O imóvel que abriga o depósito central do TRE-SC apresenta desgaste de pintura nos elementos e componentes das fachadas externas (que incluem paredes de alvenaria em bloco de concreto, revestidas com argamassa ou não; elementos metálicos, como portões, porta, estrutura da cobertura, telhas, e docas) e das paredes e tetos das áreas internas (paredes de alvenaria revestidas ou não com argamassa e tetos em forro de gesso), com o objetivo de restaurar e promover o aumento da vida útil da edificação e proporcionar o bem-estar de servidores e usuários.

3. Descrição da solução

A descrição detalhada dos serviços a serem executados está a seguir detalhado, e os valores monetários estão discriminados na Planilha de Orçamento Geral, anexa a este Termo de Referência. Todos os serviços serão realizados com fornecimento de material pela empresa contratada.

a) Documentos de Referência

- Projeto Arquitetônico (7 pranchas)
- Planilha de Orçamento Geral
- Cronograma Físico-Financeiro

Havendo divergência entre as documentações, prevalece aquela que contiver informações mais detalhadas, na seguinte ordem hierárquica (decrecente): Contrato, Projetos, Planilha de Preços da Contratada.

b) Armazenamento dos Materiais

Os materiais empregados na execução dos serviços devem ser arrumados de modo a não prejudicar o trânsito de pessoas, a circulação de materiais, o acesso aos equipamentos de combate a incêndio e às portas ou saídas de emergência; e também, de modo a não provocar empuxos ou sobrecargas em paredes ou lajes, além dos previstos em seus dimensionamentos.

O depósito dos materiais deve ser alocado em local previamente definido em conjunto com a Fiscalização Técnica e Setorial do contrato. Os operários podem utilizar o sanitário e o vestiário masculino no piso térreo do depósito.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) Ferramentas e Equipamentos

Com relação à segurança do trabalho, devem ser obedecidas todas as recomendações contidas na NR-18, especialmente no que diz respeito à:

- escada portátil extensiva (itens 18.8.6.18 e 18.8.6.19);
- cadeira suspensa (itens 18.12.43 a 18.12.47), cujos operadores devem ter comprovação de treinamento com 16h de duração (com conteúdo programático que atenda à NR-18, Anexo I, item 2.1);
- andaime simplesmente apoiado com rodízios (itens 18.12.13 a 18.12.17);
- cabos de aço (Anexo II, item 1 a 10);
- dispositivos e acessórios.

Todos os funcionários que realizarem trabalhos em alturas superiores a 2 m (dois metros), devem comprovar treinamento para trabalho em altura, conforme NR-35, dentro do prazo de validade.

Caberá à CONTRATADA manter diariamente, no local de prestação dos serviços, profissional habilitado – Técnico em Segurança do Trabalho, com emissão de Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) para detalhar, planejar e acompanhar a montagem, instalação, movimentação, desmontagem e demais serviços necessários ao funcionamento adequado das cadeiras suspensas e dos andaimes com rodízios, conforme as normas técnicas pertinentes.

A fixação das cadeiras suspensas e dos andaimes serão feitas por meio de cabos de aço ancorados na estrutura de concreto existente ou por pontos de ancoragem a serem fixados na estrutura que, quando da finalização dos serviços, deve ser adequadamente recuperada. Serão executadas proteções com tela nos andaimes contra eventuais quedas de materiais. Na utilização dos equipamentos para trabalho em altura, os funcionários devem utilizar cinto tipo paraquedista de 5 pontas presos à linha de vida (fixados em cabos independentes) ou à própria estrutura.

Em atendimento à NBR 14751/2011, a cadeira suspensa manual deve ser marcada em português e de forma legível e indelével, com as seguintes informações:

- a) o nome e CNPJ do fabricante nacional ou importador/distribuidor;
- b) um pictograma que indique ao usuário que o manual de instruções fornecido pelo fabricante ou distribuidor deve ser lido;
- c) o número de fabricação e data da próxima revisão anual obrigatória.

Deve haver particular atenção ao cumprimento das exigências de proteção das partes móveis de equipamentos elétricos, evitar que ferramentas manuais sejam abandonadas sobre passagens, escadas, andaimes e superfícies de trabalho, bem como para o respeito ao dispositivo que proíbe a ligação de mais de uma ferramenta elétrica na mesma tomada de corrente. As ferramentas devem ser apropriadas ao uso a que se destinam, sendo proibido o emprego das defeituosas, danificadas ou improvisadas.

d) Descrição dos Serviços

Lavação das fachadas NBR 13245:2011	<p>Antes do início dos serviços de pintura externa, as fachadas devem passar por uma limpeza completa, para a remoção de mofo, eflorescências, microorganismos e poluentes aderidos. Após a aplicação dos produtos de limpeza, as fachadas devem ser enxaguadas com água em abundância.</p> <p>Fachadas sem esquadrias de vidro: limpeza por hidrojateamento de alta pressão de ar e água (pressão máxima de 1000psi), combinada com solução de hipoclorito de sódio, em partes iguais.</p> <p>Fachadas com esquadrias de vidro: a limpeza será por hidrojateamento de alta pressão de ar e água (pressão máxima de 1000psi), combinada com o uso de sabões neutros, na dosagem 1:200 (5 ml de produto por litro de água). A composição do sabão neutro</p>
--	---



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	<p>deve respeitar os limites de concentração máxima de fósforo admitidos pela Resolução CONAMA nº 359 e legislações correlatas.</p> <p>Energia elétrica e água serão fornecidas pela CONTRATANTE.</p>
<p>Pintura externa/interna com tinta acrílica NBR 13245:2011</p>	<p>As superfícies das paredes internas devem ser preparadas por meio de escovação ou lixação, tornando-as limpas, secas, lisas, isentas de graxas, óleos, poeiras, ceras, resinas, sais solúveis e ferrugem. Nos locais onde a película de tinta estiver solta ou com bolhas, remover completamente a tinta e executar novo emassamento.</p> <p>As superfícies externas da edificação e os muros receberão pintura com tinta acrílica nas cores especificadas em projeto (no mínimo, 2 demãos), de modo a se obter uma superfície perfeitamente lisa e homogênea, com ótima cobertura.</p> <p>As superfícies internas da edificação e os tetos receberão pintura com tinta acrílica nas cores especificadas em projeto (1 demão), com exceção da parede da fachada nordeste do almoxarifado que deverá receber, no mínimo, 2 demãos, de modo a se obter uma superfície perfeitamente lisa e homogênea, com ótima cobertura.</p> <p>O número mínimo de demãos de pintura será igual ou maior que as especificadas nos parágrafos anteriores, até atingir o perfeito cobrimento das bases. Cada demão de tinta só poderá ser aplicada quando a anterior estiver perfeitamente seca, conforme indicação do fabricante.</p> <p>Nos locais indicados em projeto, a pintura antiga deve ser completamente removida com espátula para novo emassamento das superfícies, a fim de corrigir eventuais irregularidades de planeza e desuniformidades da base. Será utilizada massa corrida látex acrílica e, após o emassamento, as superfícies serão lixadas com lixa de gramatura específica para o caso, com posterior remoção do pó, antes da aplicação da tinta.</p> <p>Devem ser adotadas precauções especiais no sentido de evitar salpicaduras de tinta em superfícies não destinadas à pintura (pisos, cerâmicas, granitos, vidros, esquadrias), tendo em vista a grande dificuldade de ulterior remoção de tinta aderida em superfícies rugosas ou porosas. Sempre que necessário, proteger estes elementos com fita crepe e/ou plástico ou papel. Os salpicos que não puderem ser evitados devem ser removidos enquanto a tinta estiver fresca, empregando-se removedor adequado.</p> <p>Os trabalhos de pintura em locais não convenientemente abrigados requerem procedimentos de proteção contra poeira até que as tintas sequem inteiramente e devem ser suspensos em tempo de chuva ou de elevada umidade.</p>
<p>Pintura esmalte NBR 16733:2019 <i>nas superfícies metálicas</i></p>	<p>Antes da repintura, as superfícies metálicas serão previamente lixadas até a remoção do brilho e o pó removido com pano umedecido em agarrás.</p> <p>Nos pontos de oxidação, será aplicada uma demão de zarcão ou de composto de galvanização a frio rico em zinco, como indicado em projeto. Em seguida, com o uso de pistola, aplicar uma demão de tinta do tipo esmalte sintético, acabamento brilhante.</p>
<p>Pintura em verniz NBR 16733:2019 <i>nas portas internas de madeira</i></p>	<p>Antes da repintura, as portas internas de madeira serão previamente lixadas até a remoção do brilho e o pó removido com pano umedecido.</p> <p>Tomar os devidos cuidados com as ferragens na hora de executar a pintura das portas, retirando maçanetas e espelhos e protegendo as demais peças com plástico para evitar que se sujem ou se danifiquem. As faixas de comunicação visual instaladas nas portas devem ser protegidas para que não sejam danificadas.</p> <p>As portas internas de madeira receberão pintura com tinta do tipo verniz incolor, acabamento acetinado (no mínimo, 2 demãos), de modo a se obter uma superfície perfeitamente lisa e homogênea, com ótima cobertura.</p>
<p>Limpeza e serviços finais</p>	<p>O local de trabalho deve ser entregue nas mesmas condições em que foi recebido. Sobras de material devem ser retiradas, o local deve ser limpo adequadamente.</p> <p>Todos os elementos que eventualmente tiverem salpicadura de tinta (pisos, ferragens, esquadrias, etc.) devem ser totalmente limpos e toda a massa ou tinta aderidas devem ser removidas, sem provocar danos às superfícies.</p>



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

e) Descarte das embalagens dos materiais de pintura

De acordo com a Resolução CONAMA n. 469, de 29.7.2015, as embalagens de tintas imobiliárias são consideradas resíduos recicláveis, Classe B. Consideram-se embalagens vazias de tintas aquelas cujo recipiente apresenta apenas filme seco de tinta em seu revestimento interno, sem acúmulo de resíduo de tinta líquida.

Embalagens de tintas feitas de plástico, papelão ou aço devem ser encaminhadas para a reciclagem, através da coleta seletiva de lixo ou do direcionamento a cooperativas de catadores de materiais recicláveis ou pontos de entrega voluntária – PEVs.

Sobras de tintas não devem ser lançadas nas redes públicas de esgoto ou águas pluviais. Podem ser acondicionadas em recipientes plásticos tampados para futuros reaproveitamentos.

Todo entulho gerado deve ser removido e receber destinação final ambientalmente adequada, obedecendo às diretrizes estabelecidas pela Resolução CONAMA 307, de 5.7.2002, e pela Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei n. 12.305, de 2.8.2010, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

O entulho deve ser transportado por empresas qualificadas, que possuam licença ambiental e local de destino autorizados pela Prefeitura Municipal para a sua disposição final. A subcontratação dos serviços de coleta, transporte e destinação final dos resíduos não isenta a Contratada da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pela gestão inadequada destes resíduos.

LIMPEZA ECOLÓGICA DE PINCÉIS

Durante os serviços de pintura, os pincéis podem ter suas pontas mantidas enroladas em filme de PVC, acondicionadas em saco plástico hermético, por até dois dias. Finalizados os serviços, para a limpeza dos pincéis, seguir o procedimento descrito a seguir:

- raspar o excesso de tinta;
- mergulhar os pincéis em água morna por 2 horas e limpar com pano limpo (para tinta à base de água) ou pressionar as cerdas do pincel contra as laterais de um recipiente com aguarrás e deixar de molho por 2 horas, secando o excesso (para tinta de base solvente);
- não despejar solvente na pia; após limpar os pincéis, tampar o recipiente de deixá-lo em repouso por 24 horas; quando a tinta assentar no fundo, reaproveitar o solvente para uso futuro e deixar a tinta secar totalmente para, posteriormente, jogá-la no lixo.

3.1. Estudo Técnico Preliminar

Os Estudos Preliminares da presente contratação encontram-se no PAE n. 31.591/2024.

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

A relação dos materiais a serem utilizados nos serviços de pintura do depósito central do TRE-SC está apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 Depósito central: materiais para pintura.

Serviço	Materiais	Referências
Limpeza das fachadas	Sabão neutro desengordurante	A - 100 Desengordurante/Desengraxante, da Akron Sillex ou similar.
	Solução de hipoclorito de sódio com 4% a 6% de cloro ativo	---



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Pintura interna	Massa látex PVA	Suvinil Massa Corrida Paredes Interior, da Suvinil ou similar
	Tinta Acrílica Premium, acabamento fosco, na cor branca, para interior e exterior	Proteção Total Acrílico Premium, da Suvinil ou similar
Pintura externa	Tinta Acrílica Premium, acabamento fosco, na cor branca/cinza, para exterior	Proteção Total Acrílico Premium, da Suvinil ou similar
	Massa acrílica	Suvinil Massa Acrílica (exterior/interior), da Suvinil ou similar.
Pintura de superfícies metálicas	Fundo para superfícies ferrosas	Suvinil Zarcão, da Suvinil ou similar
	Pintura com tinta esmalte sintético, acabamento brilhante (cores cinza e amarelo)	Suvinil Seca Rápido Esmalte Brilhante, da Suvinil ou similar
	Composto para galvanização a frio rico em zinco	Galvanizador A Frio Alumínio Allchem, Composto para galvanização a frio VONDER 51.50.225 ou similar.
Pintura de superfícies de madeira (portas internas)	Verniz incolor, acabamento acetinado, para superfícies de madeira.	Verniz Suvinil Proteção Dupla, acabamento acetinado, incolor, da Suvinil ou similar.

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).

No momento da licitação, a empresa licitante deve indicar a marca e a especificação completa dos produtos indicados no Quadro 1, que serão utilizados na execução do contrato.

ATENÇÃO

- A(s) empresa(s) proponente(s) deve(m) indicar apenas UMA marca e linha por material, pois a apresentação de mais de uma marca configura alternativa de proposta, dando ensejo à sua desclassificação. Serão aceitos produtos similares aos indicados neste Termo de Referência.
- A relação dos materiais indicados na licitação, apresentada juntamente com a proposta, será de uso compulsório durante a execução dos serviços. A única hipótese aceitável de substituição de material será a indisponibilidade no mercado do material indicado, mediante comprovação.
- Não serão aceitos produtos de fabricantes que constem da listagem de empresas não-conformes no Programa Setorial da Qualidade – Tintas Imobiliárias, ligado ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat – PBQP-H, do Ministério das Cidades.

3.3. Códigos SIASG

Pintura em geral: 13455.

4. Requisitos da contratação

Devem ser atendidos os requisitos relacionados a seguir.

4.1 Requisitos Funcionais

- o Proteção de elementos e componentes construtivos da edificação.
- o Resistência a ações externas de agentes atmosféricos (chuva; sol; maresia).



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- o Estanqueidade à água.

4.2 Requisitos Não-Funcionais

- o Conforto ambiental, especialmente quanto à minimização da carga térmica da edificação.
- o Conforto visual.
- o Conforto e bem-estar dos usuários.

4.3 Requisitos Externos

As normas técnicas a serem atendidas nos serviços estão elencadas abaixo:

Quanto à qualidade dos materiais e execução dos serviços:

- o NBR 11702:2021 – Tintas para construção civil: Tintas, vernizes, texturas e complementos para edificações não industriais – Classificação e requisitos.
- o NBR 13245:2011 – Tintas para construção civil: execução de pinturas em edificações não industriais – preparação de superfície.
- o NBR 16407:2015 – Tintas para construção civil: método para avaliação de desempenho de tintas para edificações não industriais – determinação do teor de chumbo.
- o Programa Setorial da Qualidade – Tintas Imobiliárias, do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat – PBQP-H, Ministério das Cidades.

Quanto à segurança durante a execução dos serviços:

- o NR 06 – Equipamento de Proteção Individual.
- o NR 09 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.
- o NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
- o NR 35 – Trabalho em Altura.
- o NBR 6494:1990 – Segurança nos andaimes.
- o NBR 7678:1983 – Segurança na execução de obras e serviços de construção.
- o NBR 14751/2011 - Equipamento de movimentação vertical individual - Cadeira suspensa manual.

Quanto à sustentabilidade:

- o Lei n. 11.762, de 1º.08.2008, que fixa o limite máximo de chumbo permitido na fabricação de tintas imobiliárias e de uso infantil e escolar, vernizes e materiais similares e dá outras providências.
- o Resolução CONAMA n. 307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
- o Resolução CONAMA n. 469, de 29.7.2015, que altera o art. 3º da Res. CONAMA n. 307:2002.

Quanto à gestão de reformas:

- o NBR 16280:2024 – Reforma em edificações: Sistema de gestão de reformas – Requisitos.

4.4 Requisitos Técnicos

- **Acompanhamento por profissionais habilitados** (Engenheiro Civil, Arquiteto ou Técnico em Edificações, e Técnico em Segurança no Trabalho, ambos com formação plena, devidamente inscritos nos Conselhos Regionais (CREA, se Engenheiro Civil; CAU, se Arquiteto e Urbanista; CRT, se Técnico em Edificações/Construção Civil e Segurança no Trabalho): pretende-se que a execução dos serviços seja



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

realizada dentro dos requisitos das normas técnicas vigentes para a garantia da qualidade e durabilidade.

- **Comprovação das referências dos produtos que serão utilizados:** a utilização de materiais com as especificações mínimas tem por objetivo manter a qualidade do projeto esperada e assegurar que as ofertas sejam do mesmo padrão à especificada.
- **Comprovação de licença de funcionamento da empresa responsável pelo transporte e destinação final dos resíduos, bem como autorização emitida pela municipalidade do local para a disposição dos resíduos:** objetiva-se que o transporte e o descarte dos materiais sejam executados dentro das normas ambientais vigentes.
- Considerando a estrutura mínima de profissionais e equipamentos demandada para a contratação, o objeto é incompatível com a natureza profissional de pessoa física.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Prazos

Em até 15 (quinze) dias após o recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC, a Contratada deverá apresentar os documentos relacionados no subitem 5.8.2.

Aprovados os documentos pela Seção de Engenharia e Arquitetura (SEEA), a Contratada deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias.

Os serviços deverão ser executados no prazo máximo de 10 (dez) semanas, contado a partir do início efetivo dos trabalhos pela contratada.

Se constatada qualquer irregularidade no recebimento provisório, a Contratada deverá refazer serviços em até 10 (dez) dias úteis.

Encontra-se disponibilizado o Cronograma Físico-Financeiro para a execução dos serviços.

A critério da Administração, podem ser suspensos os trabalhos em caso de impossibilidade da execução dos serviços em determinada área, face aos prazos eleitorais e/ou administrativos.

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

Os serviços serão realizados no imóvel que abriga o depósito central do TRE-SC, localizado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, Jardim Eldorado, Palhoça/SC.

5.3. Recebimento provisório e definitivo

O recebimento provisório será realizado por meio de ateste em termo circunstanciado em até 10 (dez) dias, após a comunicação da CONTRATADA sobre a conclusão dos serviços, desde que haja aceite da fiscalização, conforme artigo 140, inciso I, "a", da Lei 14.133/2021.

De posse do Relatório de Recebimento Provisório, a CONTRATADA terá prazo de até 10 (dez) dias úteis para o atendimento de todas as exigências da Fiscalização, referentes a defeitos e imperfeições que porventura venham a ser verificados.

O Recebimento Definitivo será efetuado mediante termo circunstanciado, em conformidade com o artigo 140, inciso I, "b", da Lei 14.133/2021, somente após o saneamento de todas as irregularidades apontadas



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

no Termo de Recebimento Provisório, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da comunicação da CONTRATADA sobre a conclusão dos serviços, observado o disposto no artigo 119 do mencionado diploma legal.

Os recebimentos provisório ou definitivo não excluem a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.4. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

5.5. Garantia do objeto

A CONTRATADA deve prestar garantia mínima de 3 (três) anos, em conformidade aos prazos de garantia definidos pela ABNT NBR 17170:2022 (Edificações – Garantias - Prazos recomendados e diretrizes) e NBR 15.575-1:2021 (Edificações habitacionais – Desempenho. Parte 1: Requisitos Gerais), legislação vigente e análise de condições de exposição e uso.

Arranhões, riscos e defeitos de acabamento serão analisados nos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, não cabendo garantia posterior nesses casos.

É obrigação da CONTRATADA a reparação dos vícios e dos defeitos verificados dentro do prazo de garantia dos serviços, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 119 da Lei 14.133/2021 e art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6. Vigência da contratação

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto pela unidade responsável.

5.7. Obrigações da Contratante

5.7.1. Autorizar o início dos serviços.

5.7.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições, preço e prazo estabelecidos no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos produtos e serviços pela empresa CONTRATADA, a partir da aprovação pelo CONTRATANTE.

5.7.3. Promover a gestão da contratação por meio da equipe designada no subitem 6.2, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021.

5.7.4. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida.

5.7.5. Emitir pareceres no processo administrativo referente à execução dos serviços, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais.

5.7.6. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nesta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.8. Obrigações da Contratada

- 5.8.1. Executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 5.8.2. Apresentar à SEEA os documentos abaixo relacionados em até 15 (quinze) dias após o recebimento do contrato, devidamente assinado pelo representante do TRE-SC:
 - 5.8.2.1. Registro no Conselho de Classe competente dos profissionais responsáveis, com a indicação de todos os serviços e número do contrato com o TRE-SC, devidamente pago.
 - 5.8.2.2. Para a montagem de cadeira suspensa e andaime metálico, apresentação do Termo de Responsabilidade Técnica, assinado por profissional competente (Técnico ou Engenheiro de Segurança no Trabalho), com a indicação de todos os serviços e número do contrato com o TRE-SC, devidamente pago.
 - 5.8.2.3. Relação dos profissionais que atuarão no local dos serviços, com a comprovação de experiência por meio de Carteira de Trabalho e Atestado de Saúde Ocupacional.
 - 5.8.2.4. Comprovação de habilitação para trabalho em altura conforme a NR-35, com treinamentos exigidos para o trabalho em cadeira suspensa e andaime, para os funcionários que trabalharão nestes equipamentos.
 - 5.8.2.5. Comprovação de licença de funcionamento da empresa responsável pelo transporte e destinação de resíduos, bem como autorização emitida pela municipalidade local para a disposição destes resíduos.
- 5.8.3. Visitar o local ANTES da realização dos serviços para conferência das medidas e demais condicionantes do projeto.
- 5.8.4. Iniciar os serviços em até 10 (dez) dias, contados da aprovação, pela SEEA dos documentos e disposições relacionados no subitem 5.8.2.
- 5.8.5. Executar os serviços no prazo máximo de 10 (dez) semanas, contado a partir do início efetivo dos trabalhos da contratada, conforme estabelecido no item 5.1.
 - 5.8.5.1. Os serviços devem ocorrer nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 8 às 17 horas, ou, excepcionalmente, em dias não úteis, mediante autorização e acompanhamento do Gestor do Contrato.
 - 5.8.5.2. Todos os serviços devem ser agendados com antecedência, pois as atividades das unidades alocadas no depósito central não podem ser interrompidas.
 - 5.8.5.3. Os trabalhos que resultem em odores, ruídos, impeçam o fluxo de pessoas, carga e descarga de materiais, que possam colocar em risco a segurança ou causar transtornos aos usuários devem ser executados fora do horário de expediente do TRE-SC, mediante acordo prévio e autorização do Gestor do Contrato.
 - 5.8.5.4. Fornecer relatório diário dos serviços (diário de obras), com folhas numeradas e assinadas pelas partes, onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos serviços tais como: indicações técnicas, início e término das etapas, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, assuntos que requeiram providências das partes, recebimento de materiais com a quantidade e qualidade de acordo com o projeto e a proposta, número de funcionários trabalhando, condições climáticas. O diário de obras deverá ser assinado diariamente pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo fiscal setorial.
 - 5.8.5.5. Fornecer antecipadamente ao Gestor do Contrato, mantendo atualizada, relação nominal de todos os funcionários envolvidos diretamente na execução dos serviços contratados, informando os respectivos números de CPF.
- 5.8.6. Refazer o serviço no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, se constatada qualquer irregularidade no recebimento provisório.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 5.8.6.1. Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos e/ou refazimento do serviço não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;
- 5.8.6.2. Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes da substituição do produto e/ou refazimento do serviço.
- 5.8.7. Fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços.
- 5.8.8. Assegurar que os empregados trabalhem uniformizados e com crachá de identificação durante a realização dos serviços.
- 5.8.9. Empregar todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, mesmo os eventualmente não mencionados, nem especificados ou não indicados em desenhos ou tabelas de acabamento ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à sua completa e perfeita realização, responsabilizando-se pela reposição dos materiais danificados em virtude da má execução dos serviços, incluindo aqueles necessários ao seu refazimento.
- 5.8.10. Executar os serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, adotando os procedimentos necessários para a segurança dos trabalhadores, incluindo a utilização obrigatória dos equipamentos de proteção individual (EPI) e, quando necessário, equipamentos de proteção coletiva (EPC), em vista do risco que o serviço oferece.
- 5.8.11. Executar os serviços em conformidade com as recomendações das normas da ABNT, INMETRO e demais legislações vigentes.
- 5.8.12. Executar os serviços de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, utilizando inclusive mão de obra especializada, se necessária, bem como manter as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos.
- 5.8.13. Reportar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades.
- 5.8.14. Recolher todo o material resultante das atividades, destinar corretamente os materiais recicláveis e realizar o descarte ecologicamente correto dos resíduos não recicláveis, obedecendo as recomendações da Resolução CONAMA n. 307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil e Resolução CONAMA n. 469, de 29.7.2015, que altera o art. 3º da Res. CONAMA n. 307:2002.
- 5.8.15. Responder pela guarda e preservação de seus materiais e equipamentos durante todo o serviço até a sua entrega.
- 5.8.16. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados, sem prévia anuência da SEEA/CI/SIS/TRESC.
- 5.8.17. Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços e fornecimento contratados.
- 5.8.18. Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como pela indenização que porventura daí se originar e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecerem.
- 5.8.19. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.8.20. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.8.21. Reconstituir locais e/ou objetos que forem danificados, conforme art. 120 da Lei n. 14.133/2021: *“O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante”.*

5.8.22. Zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências onde os serviços serão executados.

5.8.23. Proceder, ao final dos serviços, à limpeza e à remoção do material desnecessário e indesejável.

5.8.24. Assumir total responsabilidade pela execução de todos os serviços constantes do Contrato, respondendo, ainda, pela perfeição, segurança, qualidade e solidez dos serviços executados.

5.8.25. Proceder, sempre que necessário, à remoção e ao transporte dos móveis, materiais e equipamentos dos ambientes afetados pela execução dos serviços, bem como, ao final dos serviços, o retorno aos locais adequados.

5.8.26. Responsabilizar-se por toda a sinalização, incluindo placas, cavaletes e faixas, de forma a garantir uma eficiente divulgação dos transtornos e perigos dos serviços. A sinalização deverá indicar eventuais áreas de trânsito alternativo.

5.8.27. Prestar garantia dos serviços pelo período mínimo de 3 (três) anos.

5.9. Transferência de conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

5.10. Direitos autorais

Não se aplica a esta contratação.

5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução

Os responsáveis técnicos pelos serviços contratados devem comprovar suas qualificações profissionais mediante Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), se Engenheiro(a); Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), se Arquiteto(a); ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), se Técnico(a) em Edificações/Construção Civil e em Segurança no Trabalho.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestor de contrato

6.1.1. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial ;

b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

d) informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial;

i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial;

f) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.1.4. Caberá ao fiscal setorial do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto exercer as atribuições de que tratam os subitens 6.1.2 e 6.1.3.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

6.2. Gestão e fiscalização

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Seção de Engenharia e Arquitetura
Fiscal técnico	Assistente I da Seção de Engenharia e Arquitetura
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária
Fiscais setoriais	Seção de Administração de Urnas Seção de Almoxarifado

6.3. Instrumentos Formais

A contratação será formalizada por meio de instrumento de contrato.

6.4. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por meio do gestor da contratação, ou, na sua ausência, do seu substituto.

Quaisquer dúvidas de projeto ou que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à Seção de Engenharia e Arquitetura SEEA/CI/SIS/TRESC, pelo e-mail ci-seea@tre-sc.jus.br.

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

7. Critérios de medição e de pagamento

Preliminarmente à emissão da fatura, a Contratada encaminhará a medição dos serviços realizados à Fiscalização, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a Fiscalização realizará a conferência e autorizará o faturamento.

As Notas Fiscais serão emitidas e entregues aos Gestores do Contrato após autorização de faturamento, e devem conter a discriminação e os quantitativos dos materiais instalados e serviços realizados. Devem, ainda, estar acompanhadas de documentação comprobatória do último recolhimento dos encargos sociais efetuados pela Contratada, com a relação nominal dos empregados beneficiários e a certidão negativa de débitos trabalhistas emitida na data da emissão da Nota Fiscal do respectivo pagamento.

O gestor do contrato somente atestará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei n. 14.133/2021, desde que haja interesse do Contratante, com a apresentação das devidas justificativas.

Ao longo da execução do Contrato, caso haja necessidade de se firmar termo aditivo, os custos unitários dos itens acrescidos deverão seguir as seguintes orientações:

- a) para itens que já constam do contrato, os custos corresponderão àqueles já contratados;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) para itens novos existentes no SINAPI, os custos corresponderão àqueles relativos aos das medianas constantes daquele sistema para a região no período do orçamento base da licitação, aplicado sobre esse valor o mesmo desconto global fornecido pela empresa em relação ao orçamento estimado do CONTRATANTE;
- c) para os itens novos não constantes no SINAPI, os custos decorrerão de pesquisa de preços com 3 (três) fornecedores, se possível, aplicado sobre esse valor o mesmo desconto global fornecido pela empresa em relação ao orçamento estimado do CONTRATANTE;
- d) somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, aprovado pela autoridade competente, poderão os custos unitários ultrapassar os respectivos custos nos termos dos critérios ora definidos.

Conforme art. 128 da Lei n. 14.133/2021, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor da CONTRATADA em decorrência de aditamentos que modifiquem as planilhas orçamentárias.

Em caso de antecipação do prazo de execução em relação ao previsto no cronograma, as despesas administrativas serão pagas na proporção do número de dias realizados, aferidos por meio do registro da presença do responsável técnico no Diário de Obras. No caso de atraso na execução, por responsabilidade da Contratada, não caberá qualquer complementação dos valores de despesas administrativas.

As despesas administrativas serão medidas e pagas por mês, proporcionalmente ao percentual de serviços efetivamente executados, seguindo o cronograma entregue. A metodologia a ser adotada seguirá a seguinte fórmula:

$$\frac{\sum \text{valores itens executados no período de medição}^*}{\sum \text{valores itens da planilha}^*}$$

*Exceto o próprio item Despesas Administrativas.

Caso ocorram aditivos que ampliem ou reduzam o valor total do contrato, o valor a ser pago a título de despesas administrativas não será automaticamente alterado em proporção àquele. O custo com despesas administrativas, nessas circunstâncias, só pode ser modificado após revisão do Cronograma Físico-Financeiro que demonstre inequivocamente que as alterações promovidas implicam em alteração na duração dos serviços.

A autorização para faturamento fica condicionada à emissão do termo de recebimento definitivo dos serviços pela gestão do contrato.

8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, contados da data limite para apresentação da proposta, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Nacional de Custo da Construção Civil - INCC, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A adjudicação deverá ser global, de forma a viabilizar o melhor gerenciamento da execução contratual e as condições dos serviços durante o prazo de garantia.

9.2. Seleção do fornecedor

A seleção do fornecedor se dará pela proposta de menor preço dentre os proponentes ou licitantes habilitados e classificados.

O licitante classificado em primeiro lugar deve indicar a marca e a especificação completa dos produtos indicados no Quadro 1 do subitem 3.2 deste Termo de Referência, que serão utilizados na execução do contrato.

Deve ser indicada apenas UMA marca e linha por material, pois a apresentação de mais de uma marca configura alternativa de proposta, dando ensejo à sua desclassificação.

9.2.1. Critérios de habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, considerando a natureza do objeto, será exigido:

- a) declaração de disponibilidade dos profissionais responsáveis técnicos, devidamente registrados nos conselhos profissionais competentes, e detentores de documento que comprove a responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, para fins de contratação;
- b) registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, e/ou Conselho Regional dos Técnicos – CRT;
- c) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- c.1) fica assegurado ao licitante o direito de realização de vistoria prévia ao local, mediante agendamento junto à SEEA, pelo e-mail ci-seea@tre-sc.jus.br ou telefones (48) 3251-3364 / (48) 3251-3818.

Os profissionais indicados pelo licitante na forma da alínea “a” deverão participar do serviço objeto da licitação, sendo admitida a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, considerando a natureza dos serviços, será exigido:

- a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- b) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- c) Comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é serviço comum, oferecido por diversos prestadores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

10. Estimativas do valor da contratação

O valor estimado da contratação está detalhado na Planilha de Orçamento Geral, anexa a este Termo de Referência, no valor de R\$ 222.919,41 (duzentos e vinte e dois mil, novecentos e dezenove reais e quarenta e um centavos).

11. Alinhamento da contratação

11.1. Plano de Contratações Anual

Anexo I – Ordinário. Item 12: Manutenção Predial – OEPI2, OEPI3 e SGP3.

11.2. Plano de Logística Sustentável

Esta contratação está alinhada com o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC, pois abrange a utilização de requisitos técnicos de construção sustentável na escolha de materiais e a exigência da destinação correta dos resíduos de construção e demolição, de acordo com as diretrizes do CONAMA.

Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre pelo uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar o desperdício de insumos e materiais consumidos, assim como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental.

As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição pautam-se em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada:

- substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- racionalização e economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza e conservação;
- descarte em conformidade com as legislações ambiental e sanitárias vigentes.

A Contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a mitigação e redução de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços.

11.3. Outros instrumentos

Não se aplica a esta contratação.

12. Adequação orçamentária

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.39	R\$ 222.919,41
Total		R\$ 222.919,41

13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea "a" do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

- a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;

b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;

c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "b" a "g", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;

d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “h” a “l”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

- a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou
- d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

- a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.